

## LEIS 10.639/003 E 11.645/008: CONTEXTO E PRÁTICAS NA ESCOLA JOAQUIM CLEMENTINO DA SILVA FREIRE – ALAGOA GRANDE-PB

Cilene de Sousa Agostinho<sup>1</sup>

A escola é um espaço onde a diversidade cultural está presente através das várias vertentes, portanto, os diversos sujeitos que a frequentam devem encontrar-se dispostos e abertos também para as manifestações e participações que esse espaço proporciona nas diversas relações dos sujeitos entre si e estas devem ser postas em evidências para que se busque a ampliação e a (permanência da) afirmação dos sujeitos-alunos, de modo que conheçam as suas origens, principalmente no que se refere à história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, superando o distanciamento que há entre a realidade de onde vem e os conteúdos ensinados e aprendidos em sala de aula.

Desse modo, as práticas pedagógicas influenciam na construção da consciência do aluno desde que trabalhadas de maneira correta e não excludente, pois abrangem os aspectos culturais, políticos, sociais, éticos, históricos e democráticos e assim o/a professor/a possa repassar ao aluno a ideia de seu posicionamento na sociedade/comunidade enquanto cidadão portador de direitos e livre para manifestar suas tradições e costumes.

Por isso, a formação escolar deve estar ligada a descentralização do currículo europeizado para que o educando construa em si o discurso crítico a medida que se encontre e se identifique com os conteúdos que abordam características particulares em torno da pluralidade sociocultural contornando o seu comportamento para que se conheça a história e cultura da real formação étnica que compõe a sociedade brasileira e os direitos que permeiam esses valores.

Logo, a equipe pedagógica da escola e o corpo docente devem-se encontrar atentos para a diversidade que envolve e frequenta a escola, de modo que esse espaço se adeque aos sujeitos que dele participam e articule constructos que favoreçam a realidade de maneira que busque a compreensão dos educandos em relação aos seus direitos e valores plurais para que se contemple a multiculturalidade no currículo escolar e emane no aluno a partir do conhecimento da diversidade o respeito e a consciência cidadã.

A pesquisa em andamento está sendo norteadas por discussões de pesquisadores/estudiosos que discutem a temática étnico-racial e através dos estudos foram elaborados questionamentos os quais fundamentaram as entrevistas realizadas com diretor (a) e professores, cujo objetivo é identificar se os conteúdos demandados pelas leis 10.639/003 e 11.645/008 estão sendo trabalhados em sala de aula. Para tanto, buscou-se saber se professores/as participaram de alguma formação ou da formação continuada que houve no município nos anos de 2010, 2011 e 2012 fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação e pela Universidade Estadual da Paraíba e se aplicam em suas práticas os conteúdos aprendidos, a importância dos conteúdos vistos na formação para a construção de novas metodologias, práticas em sala de aula, materiais e relações dos conteúdos com as realidades dos alunos em suas aulas, a contribuição do gestor, se os projetos quando trabalhados são individuais ou coletivos e se são contínuos ou pontuais, etc.

A pesquisa teve início com uma conversa com o (a) diretor (a) da escola, após foi realizada observação do espaço com o propósito de identificar as representações iconográficas contidas no ambiente escolar sobre a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Ainda analisou-se o PPP da escola e foram realizadas algumas entrevistas com professores/as (05 deles), norteadas por um questionário com 15 questões abertas pertinentes a abordagens,

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB/Campus Guarabira. Bolsista do Programa de Iniciação Científica. PIBIC/CNPq. Projeto: O Ensino de História e Cultura Afro-brasileira Africana e Indígena no Currículo de Escolas Públicas na Paraíba – Cota 2015/2016.

fazer e metodologias restando por fazer apenas as entrevistas com os demais (sendo 03) e a análise do material didático existente na escola.

## **EMBASAMENTOS TEÓRICOS MULTICULTURAIS E A IMPORTÂNCIA DA APLICAÇÃO DE SUAS PRÁTICAS**

O multiculturalismo é visto por alguns estudiosos como um conceito pertinente a sociedade pós-modernista e em se tratando da educação, recorrer a tal conceito seria assimilar a educação como contraposta à escola tradicionalista. Essa seria a criticidade do multiculturalismo ou o multiculturalismo crítico, onde o aluno passa a reconhecer-se como um indivíduo que possui história e identidade que se remontam de acordo com a sua inserção no espaço social. Além do comprometimento, podem ser levados em consideração para a construção do multiculturalismo crítico como categorias centrais conceitos de crítica cultural, hibridização e ancoragem social, onde, os currículos monoculturais são reformulados e repensados para que deixem de conceber homogeneidades que interferem desde a formação docente até a educação que será repassada por esses visando o alunado com uma carga de valores de origem e sujeitos agentes portadores de constructos pluralistas e enraizados. Dessa maneira, evidencia-se a equidade educacional que valoriza a cultura do sujeito-aluno como uma colaboração para se superar o fracasso escolar e também a quebra de preconceitos visto que, trabalha-se assim a construção da ética e do respeito a partir dessa prática.

A utilização das realidades vivenciadas ligadas ao universo dos educandos enquanto debate/discussão e a reapropriação das perspectivas e ativações de políticas a exemplo da política de igualdade, da estética da sensibilidade e ética da identidade são pontos que devem ser buscados enquanto articulação e trabalho com a diversidade multicultural. Logo,

Perceber a prática pedagógica multicultural como uma prática que se constrói discursivamente, por causa de intenções voltadas a desafio à construção das diferenças e dos preconceitos a ela relacionados, parece ser um caminho central para a concepção de uma formação de professores multiculturalmente comprometidos. Em tempos de choques e intolerância crescente quanto àqueles percebidos como “diferentes”, a educação e a formação de professores não podem mais se omitir quanto à questão multicultural (CANEN & OLIVEIRA, 2002. p. 73-74).

Isso é de suma importância quando se trata com a lida da história e cultura indígena, pouco trabalhada mas a qual deve se ter atenção para que não se reproduza o tradicionalismo de maneira que se descentralize o conhecimento eurocêntrico e estático e recorra-se às desmistificações impostas sobre questões financeiras, políticas, religiosas que os indígenas vêm lutando para ampliar a visibilidade de suas realidades e as lutas de resistência para manter os seus espaços/territórios que tem uma significativa carga simbólica que vai além dos valores que muitos julgam é preciso que se tenha sensibilidade para visar e abordar tais conceitos e ninguém melhor que o próprio indígena para lidar com esse fazer.

A formação de uma equipe técnica para a elaboração de conteúdos programáticos que visem a diversidade bem como a temática indígena com a participação desses são pontos que também devem ser levados em consideração para a construção da efetividade dessa legislação como um todo “porque a vivência e o olhar indígena deverá ser uma referência da lei, para que esta não se torne apenas mais uma possibilidade de simplificar realidades tão complexas e diversas que compõem os múltiplos universos socioculturais indígenas brasileiros.”, afirma Carmo Pataxó & Pereira, 2013. p. 9.

Com isso, Carvalho (2008) nos aponta que a política de uma (pluri) cultura escolar cotidiana muito tem a contribuir para o respeito ao "outro" por meio de práticas democráticas e como um imperativo/necessidade isso deve se fazer presente no espaço escolar, porém, esse enfrentamento, quando assumido, ainda é considerado um desafio para o Sistema Educacional

por ser um novo paradigma em relação à prática cotidiana e às articulações pedagógicas (para esse trabalho) em sala de aula.

No entanto, apesar das dificuldades, a escola deve ser vista como um bem social que contemple os descendentes afro-brasileiros e sejam mostrados nessas vertentes que conduzem os pressupostos educacionais para que essa parcela da população saiba e se reconheça como (maior) parte da população brasileira na qual está inserida e saiba também qual seu papel e contribuição enquanto pertencente à essa formação nacional

O comprometimento de planos de ações e legislação visando um avanço na tentativa de reverter a exclusão educacional é um complemento para a mobilização por parte da escola e de seus profissionais para que ocorra a efetivação em práticas, atitudes e rituais pedagógicos tornando a escola um bem público e de qualidade para todos por meio da transformação educacional.

Essas atitudes de transformação compreendem a Pedagogia da Diversidade que abrange a realidade brasileira de maneira positiva e sua formação em respeito aos diferentes grupos sociais evidenciando as diferenças/diversidades e os professores se colocam como aprendizes, pesquisadores e produtores da sua prática direcionada à temática racial, ressalta Carvalho 2008, p. 213-214: "Os educadores, portanto, completarão a formação acadêmica recebida sobre o tema com o objetivo de expressar, por meio da prática cotidiana, a diversidade e a diferença como elementos positivos e enriquecedores do processo educativo".

É considerável também a possibilidade de que sejam incorporados no currículo e na prática escolar tradições, lógicas, valores e práticas de grupos étnico-raciais aponta Gomes 2001, p. 95 apud Carvalho 2008, p. 214. Assim, esses são novos diálogos e articulações de saberes a serem considerados para experiências positivas para recuar os níveis de fracasso escolar presentes no Sistema Educacional em que estamos inseridos.

## **CONSIDERAÇÕES INICIAIS NO CONTATO COM O ESPAÇO DA PESQUISA**

Na primeira ida à escola foi realizado um encontro com a diretora onde ela se encontrava ocupada e não teve tanto tempo para responder à algumas questões com dados gerais sobre a escola, mas ainda foi possível saber brevemente que há 8 professores na escola, todos com magistério e nível superior, que a escola possui uma Proposta Pedagógica, mas que o PPP estava sendo atualizado e que deveria ser montado/entregue ainda no ano letivo em curso (2015).

Foi sabido também, segundo o conhecimento da diretora, os professores não passaram pela formação continuada dos anos de 2010, 2011 e 2012 e que não aplicam a temática de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e Indígena, onde a maioria desses professores são efetivos e em seu discurso a diretora afirmou que na atualização do PPP iria incluir a temática em questão e mostrou-se bastante interessada em alguma intervenção ou abordagem trazida aos professores da escola sobre essa temática visto que estes se encontram distantes desse conteúdo, para que assim se possa se utilizar em enfoque com os alunos pois é um tema relevante que não pode deixar de ser trabalhado em sala de aula principalmente para o combate ao preconceito e à discriminação. Sobre projetos desenvolvidos na escola, ainda não foi realizado nenhum, apenas na culminância do folclore no ano de 2014 e para o ano de 2015 estava sendo montada uma exposição para ser levada aos alunos na culminância do dia 20 de novembro.

Em um breve questionamento com perguntas gerais sobre a escola a diretora respondeu no segundo encontro que pela manhã funcionam o Pré-escolar II, o 1º ano "A", o 2º e o 3º ano e a tarde funcionam o Pré-escolar I, o 1º ano "B" e o 4º e 5º ano, onde os professores 05 (cinco) são formados em pedagogia, 02 (dois) são formados em Letras e 01 (um) é formado em Geografia, sendo esta uma escola que contempla apenas o nível

Fundamental I. Quanto a proposta pedagógica, a diretora relata e mostra em mãos que esta não cita a(s) referente(s) lei(s), mesmo sendo uma proposta do ano de 2010 e que em outros pontos também é carente e pouco explorada mesmo em requisitos teóricos. Direcionando-se a temática de História e Cultura Afro-brasileira e Africana foi relatado que não é trabalhada nem destacada em projetos, apenas quando surge uma discussão ou casos isolados em sala de aula voltados a diferenciações/distinções preconceituosas por parte dos alunos.

Procurando saber sobre o auxílio de algum orientador pedagógico ou coordenação pedagógica específica da escola foi exposto que há o apoio da orientadora pedagógica da Secretaria de Educação (que é responsável por orientar mais dez escolas) e a cada dois meses é feito o planejamento ou sempre que necessário é realizada uma reunião com essa coordenadora na escola.

O espaço físico da escola é muito limitado e não tem espaço para biblioteca, sala de vídeo ou de computação, porém há o cantinho da leitura no final de um dos corredores e também nas salas de aula. Inclusive, uma das professoras desenvolve um projeto de leitura em que os alunos levam um livro para casa ao final de semana e devem retornar com eles lidos no início da semana para que seja apresentada com sua interpretação o conteúdo que o livro escolhido lhe traz, o intuito explicado pela professora era o de levar os pais ou responsáveis por esses alunos para assistirem essas interpretações de maneira inclusiva à comunidade, porém estes não comparecem.

No(s) cantinho(s) de leitura foram encontrados livros paradidáticos/literários voltados às temáticas pertinentes às leis 10.639/003 e 11.645/008 a exemplo de “Lendas Brasileiras para jovens”, “Brincadeiras”, “O Navio Negreiro”, “Detector de Sacis”, “Pedro Noite”, “Joãozinho e Maria” (versão com personagens caracterizados negros), “Arco-íris tem cor?”, “Costura de Nuvens”, “A Escola do cachorro sambista”, “Poemas da Iara”, “Lila e o segredo da chuva”, etc.

No espaço físico foram encontrados cartazes em prol da inclusão, mas com poucas representações do negro e do índio. As figuras encontradas nesse espaço remetem à personagens brancos e de histórias literárias europeizadas que se popularizam a exemplo da Branca de neve, os três porquinhos e chapeuzinho vermelho.

Foi perguntado também se os professores têm acesso à proposta pedagógica e foi relatado pela diretora que sim, eles têm, porém não há o interesse por parte dos professores em consultar essa proposta, ela explicou que desde o tempo em que está na escola não viu nenhum dos professores com a proposta em mãos para o norteamo de alguma prática e mesmo na atualização do PPP a presença desses não foi encontrada, em uma reunião realizada com a orientadora pedagógica, apenas dois professores da escola se fizeram presentes. Porém, para a atualização desse documento, foi pedido aos professores que se juntassem em duplas, lessem capítulos das Diretrizes Curriculares Nacionais e criassem textos resumidos para serem inclusos no PPP, textos esses referentes a pontos que caracterizam a escola e o espaço social em que esta está inserida.

Sobre projetos, a diretora complementou que sempre que possível participa de projetos voltados ao combate às drogas, combate à violência, reciclagem, educação sexual, etc., trazendo-os para a escola. E após o recesso de fim de ano a escola aborda dois novos projetos, um sobre música, onde estão constituindo um coral com os alunos para que futuramente participem de apresentações e outro que é o Mais Cultura lecionado por uma professora e um artista local, ambos inclusos no PPP.

Os Direitos Humanos, a Educação Inclusiva, a Educação para as Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana são articulações inclusas no documento, determinações essas que visam a abertura para a promoção da(e) igualdade(s) em práticas democráticas abrangendo os diversos grupos sociais e o seu humano em sua integralidade.

O contato para a realização das entrevistas foi realizado com 05 (cinco) dos 08 (oito) professores da escola, 04 deles afirmaram incluir os conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em suas aulas e um deles disse que não os inclui, pois não pôde participar da formação continuada quando esta ocorreu e um outro disse não ter participado da formação, mas faz a abordagem das temáticas.

De acordo com os diálogos realizados até o momento foram encontrados dois projetos de leituras desenvolvidos por dois professores, onde estes podem ser encontrados no Projeto Político Pedagógico da escola com as finalidades de diminuir a distorção idade-série e contar com a participação familiar.

## **RESULTADOS EM QUESTÃO: A ANÁLISE DE DADOS**

Em análise ao PPP da escola foi possível perceber no discurso do documento a construção da criticidade para o aluno, a preocupação com a formação futura dos sujeitos alunos e seus projetos de vida, suas realidades e a transformação destas e aprendizagem de valores e conhecimentos. Na definição da educação infantil é feita uma abordagem histórica do ensino, a regulamentação do ensino por Lei, a informação do ensino que deve ser repassada às famílias e como funções principais: “Necessariamente precisa ter: a identidade do atendimento, uma função sociopolítica e pedagógica, uma definição de currículo. Uma visão da criança como sujeito no processo de educação, principais básicos objetivos e condições para organização curricular.”. PPP Escola Joaquim Clementino, 2015. p. 7.

A construção da identidade também é evidenciada no documento, inclusive no ensino para a educação infantil, em direção ao respeito à diversidade cultural, étnico-racial e outras vertentes de maneira que esse processo se estenda para o cotidiano dos alunos e estes se entendam através de sua cultura, a pluralidade cultural também é colocada em questão assim como a proteção à criança em casos de violências e a parceria com os familiares dos alunos.

Dessa maneira Carvalho (2008) nos constata que a conexão com a vida e condições dos estudantes deve estar em evidência para o (re)conhecimento das diversas manifestações da cultura negra sendo de importância para toda e qualquer ascendência étnica, assim o aluno deve se “encontrar” em meio aos conteúdos e práticas pedagógicas que conseqüentemente já devem vir da inclusão no currículo da instituição de modo que essas abordagens abranjam ao máximo de educandos e o (re)conhecimento histórico-cultural seja um reflexo e se efetive entre esses.

O fortalecimento da educação como instrumento de promoção social e de cidadania é um discurso assumido pelos sistemas educacionais na atualidade. O que se deseja é que esta premissa se instale efetivamente no âmbito das práticas diárias, diminuindo a distância entre o "falar" e o "fazer". (CARVALHO, 2008. p. 216.)

Os direitos dos alunos como formadores da cidadania também são abordados no Projeto Político Pedagógico com o intuito de que se obtenha o respeito e o conhecimento desses direitos dentre os próprios educandos para que se entenda também que estes são participantes e contribuintes com suas vivências e experiências e devem desenvolver sua criticidade e um posicionamento/opinião social própria, posicionando assim os alunos como agentes sociais e críticos conhecedores de seus direitos e deveres.

Segundo Canen & Oliveira (2002) no trabalho da criticidade inclui-se o fator da hibridização discursiva que, para construir diálogos interculturais se incorpora dos discursos múltiplos e da reinterpretação das culturas visando o descongelamento das identidades e a superação de metáforas preconceituosas, dessa maneira, ao passo que se conhece a cultura e práticas do outro e também que há a interação e a discussão sobre tais assuntos, (re)conhecimentos e conceitos surgem e à medida que se conhece, o direito de expressão do outro se evidencia e o respeito ao outro passa a ser presente.

No PPP também é feita uma explanação da realidade da comunidade em que a escola está inserida destacando os componentes que convivem nesse espaço escolar e as dificuldades enfrentadas pelo corpo docente para que o ensino seja transmitido da maneira mais proveitosa possível. Com isso, é esboçado um plano de metas e estratégias que transformem os pontos negativos em positividade contribuindo por esse espaço educacional, desde o conhecimento da cultura a que pertencem esses alunos, associando dinâmicas ao cotidiano para o(s) seu(s) reconhecimento(s), até a realização de culminâncias e atividades com a participação de familiares e envolvimento dos alunos em socialização.

Na interação entre escola e comunidade, os recursos didáticos devem ser subsidiados pela instituição contemplando quantidade e qualidade, a coletividade do trabalho deve se fazer presente com um tempo favorável em planejamento e este, assim como o trabalho, não deve se passar como um imprevisto nos explica Carvalho (2008), ou seja, mesmo com a interação entre esses dois espaços e a dinâmica inclusa é preciso que se estude e se conheça aquilo que se pretende trabalhar para que os objetivos almejados sejam alcançados e as atividades sejam absorvidas pelos alunos de forma positiva e não aconteça o contrário da inclusão.

De modo geral, pôde-se perceber nos discursos das práticas dos professores em respostas às entrevistas, ao se falar de História e Cultura Afro Brasileira e Africana se prendem sempre aos pontos que remetem ao preconceito e à discriminação racial mesmo eles em sua maioria tendo passado por alguma formação e não havendo impedimentos por parte da gestão escolar.

Por meio das entrevistas também foi possível perceber que muitos deles utilizam práticas em comum ligadas à pesquisa na internet, conversas informais e rodas de conversa quando se perguntou sobre a aplicabilidade da temática, todavia, o exercício se prende mais a situações que acontecem em sala de aula quando os alunos divergem entre si e atuam com discriminação racial um com o outro, ou seja, o professor trata da relação social de igualdade que deve haver entre os colegas/alunos, mas o conteúdo propriamente direcionado à História e Cultura Afro-brasileira não é posto em evidência, onde apesar de se tratar a realidade do aluno que vivencia e/ou age com o preconceito, não é feita uma ponte entre a ascendência histórica que explica essa(s) realidade(s) e (con)vivências, onde o professor vai direto ao ponto indicando o que o aluno não deve fazer, não apontando o porquê (conceitos) ele não deve o fazer, sem maiores explicações para o conhecimento de uma realidade coletiva que é a mestiçagem, por exemplo.

Coelho & Coelho (2013) nos aponta com relação a esses fazeres que essa é uma consequência da consciência histórica construída com o passar dos tempos junto à visão eurocêntrica histórica, logo, é importante realizar a quebra desses comportamentos curriculares com questionamentos sobre essas atitudes e que atividades críticas realizadas pelos alunos sejam colunas para a modificação desses conceitos e dimensões que fundamentam o ensino-aprendizagem para a igualdade e conhecimento das identidades étnicas.

Os projetos desenvolvidos pelos professores em sala é um projeto de leitura diária onde em todas as salas é trabalhado e fora esse, há uma das professoras que trabalha com o projeto Mala Viajante<sup>2</sup> que o aluno escolhe um livro e o leva para casa para realizar a leitura com os pais e depois apresenta-o com suas palavras para a turma.

E com relação à temática indígena, não é abordada, apenas um dos professores ressaltou que trabalha na culminância do dia do índio, caracterizando um conteúdo/temática

---

<sup>2</sup> O objetivo do projeto é desenvolver a leitura, escrita e interpretação do aluno, onde após a leitura ele irá fazer uma descrição com suas palavras e um desenho em seu caderno, assim a como a desinibição dos mesmos apresentando-se em público, falando ou lendo o que escreveu (preferencialmente na presença de parentes dos próprios alunos, todavia, estes não participam). Todavia, nada foi relatado sobre a leitura de obras afro-brasileiras e/ou indígenas.

distante ainda da realidade desses sujeitos. Mais uma vez pode ser visto a exclusão no currículo escolar e a necessidade da descentralização do currículo tradicional e eurocêntrico, de modo que se busque a “descolonização” do currículo com a inclusão da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena e se integre a historiografia e cultura da verdadeira formação brasileira em que o educando está inserido mesmo que pareça distante desses fatores, em consequência à exclusão, Carmo Pataxó & Pereira (2013) afirmam que isso causa um atraso em relação a conhecimentos ligados a esses povos, como se a atualidade e seus recursos não tivessem chegado aos espaços ocupados por esses sujeitos e eles vivessem isolados da “civilização” e o avanço sociocultural e tecnológico que é algo globalizado e basicamente universal, não fosse também ao encontro desses.

## CONCLUSÕES

Dessa maneira, é possível perceber que os conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira estão presentes na documentação que caracteriza a escola, porém a prática em sala de aula tem sido escassa. De acordo com os depoimentos dos professores essa temática só foi trabalhada na escola em uma culminância anual e ao afirmar que trabalham, essa prática se resume aos casos pontuais de atitudes negativistas por parte dos alunos ou as culminâncias comemorativas. Nas representações iconográficas existentes na escola essa temática também não se faz presente, nem mesmo de forma teórica.

## REFERÊNCIAS

CANEN, Ana; OLIVEIRA, Ângela M. A. de. Multiculturalismo e Currículo em Ação: um estudo de caso. In: **Revista Brasileira de Educação**. Set/Out/Nov./Dez nº 21, 2002.

CARMO PATAXÓ, Ângelo Santos do; PEREIRA, Tamires Santos. História indígena no currículo escolar do ensino básico: O protagonismo dos povos indígenas na aplicabilidade da lei 11.645/08 no município de Porto Seguro – BA. **Anais Eletrônicos – VI Encontro Estadual de História – ANPUH/BA – 2013**.

CARVALHO, Rosa Margarida de. Educação de afro-brasileiros: pensando novos referenciais. In: AMÂNCIO, Iris Maria da Costa (Organizadora). **África-Brasil-África: matrizes, heranças e diálogos contemporâneos**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas; Nadyala, 2008.

COELHO, Mauro Cezar; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. **A lei nº. 10.639/03 e consciência histórica: ensino de História e os desafios da Diversidade**. In: ANAIS: XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH - 22 a 26 de julho, 2013. 17 p.

SAHB, Warley Ferreira. A gestão democrática do ensino e a Lei 10.639/2003. In: AMÂNCIO, Iris Maria da Costa (Organizadora). **África-Brasil-África: matrizes, heranças e diálogos contemporâneos**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas; Nadyala, 2008.